



Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Agosto/2022

Concurso Público para o Provimento de Cargos de **Analista Judiciário** **Área Judiciária**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, baseie-se no texto abaixo.

O animal que se tornou um deus

Há 70 mil anos, o Homo sapiens ainda era um animal insignificante cuidando da sua própria vida em algum canto da África. Nos milênios seguintes, ele se transformou no senhor de todo o planeta e no terror do ecossistema. Hoje, ele está prestes a se tornar um deus, pronto para adquirir não só a juventude eterna como também as capacidades divinas de criação e destruição.

Infelizmente, até agora o regime dos sapiens sobre a Terra produziu poucas coisas das quais podemos nos orgulhar. Nós dominamos o meio à nossa volta, aumentamos a produção de alimentos, construímos cidades, fundamos impérios e criamos grandes redes de comércio. Mas diminuímos a quantidade de sofrimento no mundo? Repetidas vezes, os aumentos gigantescos na capacidade humana não necessariamente melhoraram o bem-estar dos sapiens como indivíduos e geralmente causaram enorme sofrimento a outros animais.

Apesar das coisas impressionantes de que os humanos são capazes de fazer, nós continuamos sem saber ao certo quais são nossos objetivos e, ao que parece, estamos insatisfeitos como sempre. Avançamos de canoas e galés a navios a vapor e naves espaciais – mas ninguém sabe para onde estamos indo. Somos mais poderosos do que nunca, mas temos pouca ideia do que fazer com todo esse poder. O que é ainda pior, os humanos parecem mais irresponsáveis do que nunca. Deuses por mérito próprio, contando apenas com as leis da física para nos fazer companhia, estamos destruindo os outros animais e o ecossistema à nossa volta, visando a não muito mais do que nosso próprio conforto e divertimento, mas jamais encontrando satisfação.

Existe algo mais perigoso do que deuses insatisfeitos e irresponsáveis que não sabem o que querem?

(Adaptado de: HARARI, Yuval Noah. **Sapiens – Uma breve história da humanidade**. Trad. Janaína Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM, 2018, p. 427-428)

1. Num apanhado fulminante dos últimos 70 mil anos do *Homo sapiens*, o autor considera que
 - (A) nossa civilização está em contínuo processamento, segundo o roteiro original que nos permitiu, já de início, adquirir o controle da vida do nosso planeta.
 - (B) os evidentes ganhos históricos nesse longo período manifestaram-se, sobretudo, no campo da distribuição da renda e da efetiva garantia de igualdade de oportunidades sociais.
 - (C) a indiscutível progressão dos meios de controle do nosso planeta não vem se traduzindo em vantagem para o nível geral de vida e para a realização da felicidade humana.
 - (D) a escolha de metas demasiadamente rigorosas para o nosso processo civilizatório faz com que se deixem de lado valores essenciais como a improvisação e a criatividade.
 - (E) nossa condição de autossuficiência divina acaba por nos afastar das responsabilidades morais e dos valores religiosos que constituíram a base do nosso projeto civilizacional.

2. A contradição entre claros avanços e profundas indecisões do nosso processo civilizatório expressa-se na relação entre estes dois segmentos do texto:
 - (A) *produção de alimentos / grandes redes de comércio.*
 - (B) *quantidade de sofrimento / mais irresponsáveis do que nunca.*
 - (C) *senhor de todo o planeta / fundamos impérios.*
 - (D) *aumentos gigantescos na capacidade humana / dominamos o meio à nossa volta.*
 - (E) *de canoas e galés a navios a vapor / ninguém sabe para onde estamos indo.*



3. Considerando-se o contexto, traduz-se com correção e adequação o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *prestes a se tornar um deus* (1º parágrafo) = na eminência de se perverter como divino.
 - (B) *dominamos o meio à nossa volta* (2º parágrafo) = circunscrevemos o poder em torno à nós.
 - (C) *não necessariamente melhoraram o bem-estar* (2º parágrafo) = eventualmente não implementaram o conforto.
 - (D) *Deuses por mérito próprio* (3º parágrafo) = por si mesmos qualificando-se deuses.
 - (E) *visando a não muito mais do que* (3º parágrafo) = ir de encontro a pouco menos do que.
-
4. O poeta Manuel Bandeira também apresenta uma avaliação geral e fulminante da vida humana num verso seu que diz: “A vida é uma agitação feroz e sem finalidade”. Tal avaliação do poeta aproxima-se, essencialmente, da avaliação que faz Harari em seu texto porque em ambas
- (A) reconhece-se tanto a força extraordinária dos empreendimentos humanos quanto a completa ausência de claros objetivos finais.
 - (B) sustenta-se a tese segundo a qual o que rege fundamentalmente as iniciativas globais do homem é a demonstração de sua capacidade destrutiva.
 - (C) sublinha-se a condição isolada da espécie humana na Terra, que preferiu se afastar das demais e erigir-se numa espécie de divindade.
 - (D) revela-se o temor que têm os homens de se lançarem em altos projetos, cujos resultados lhes parecem imprevisíveis e incertos.
 - (E) demonstra-se o caráter aventureiro da jornada humana, já que a satisfação da própria aventura parece ser, em última instância, o sentido final dela.
-
5. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) Remontam aos primeiros milênios das atividades dos *sapiens* sua poderosa escalada de poder neste planeta.
 - (B) Como haveria de julgar positivos os feitos da caminhada civilizatória quem ignora até mesmo os objetivos dela?
 - (C) É possível que haja diminuído os sofrimentos do mundo, mas não que se considerar os transtornos trazidos ao ecossistema.
 - (D) Depreende-se do espírito mesmo desse texto desconfianças sérias do autor quanto à positividade da trajetória humana.
 - (E) Não convém que deuses insatisfeitos e irresponsáveis acelerem um processo de cujo resultado não tenha clareza.
-
6. *Somos mais poderosos do que nunca, mas temos pouca ideia do que fazer com todo esse poder.*
O sentido da frase acima está preservado, em linguagem clara e correta, nesta nova redação:
- (A) À medida que tenhamos mais do que nunca poder, pouca ideia temos do que fazer com o mesmo.
 - (B) Se é pouca a ideia do que fazemos com todo ele, nem por isso se deixa de ter esse poder como nunca.
 - (C) Pouca ideia temos do que fazer com nosso poder, não obstante estarmos agora mais poderosos do que nunca.
 - (D) É pouca a ideia do que fazer com o poder que temos, haja vista sermos agora mais poderosos que nunca.
 - (E) Mesmo que nunca tenhamos sido mais poderosos, por outro lado temos pouca ideia do que fazer com ele.
-
7. *O regime dos sapiens produziu poucas coisas das quais podem se orgulhar.*
A frase acima permanecerá gramaticalmente correta caso se substitua o segmento sublinhado por
- (A) em cujas podem se exaltar
 - (B) porque têm de se envaidecer
 - (C) donde podem se gabar
 - (D) em cujo valor confiem
 - (E) pelas quais creditem algum mérito
-
8. A supressão da vírgula altera o sentido da frase em:
- (A) Nos primeiros milênios de sua história, o *homo sapiens* começava a interferir na vida do planeta.
 - (B) O autor mostra sua desconfiança quanto aos deuses irresponsáveis, que se sentem insatisfeitos.
 - (C) Não se leve tão em conta o louvor ao progresso, já que nem todos são tocados por ele.
 - (D) Mesmo nos impérios e nas grandes conquistas, a miséria não deixou de marcar presença.
 - (E) Houve ciclos de aumento na capacidade humana, mas não necessariamente em favor de todos.



Atenção: Para responder às questões de números 9 a 14, baseie-se no texto abaixo.

Vocação e ambição

Machado de Assis tem um conto admirável – “Um homem célebre” – que narra a história de um famoso e prestigiado compositor popular do Rio do século XIX, um tal de Pestana, que em vez de gozar o sucesso de cada uma de suas composições ligeiras e dançantes, vivia atormentado por não compor nada à altura de um Mozart, de um Beethoven. Cada vez que uma composição sua atingia em cheio o gosto popular, o maestro oculto que havia nele sofria o sucesso fácil como uma sentença de morte. Machado resumiu assim a vida dramática desse músico ao mesmo tempo celebrado e infeliz: “Eterna peteca entre a ambição e a vocação”.

A frase é forte: o jogo da peteca realiza o sofrido movimento de pêndulo de cada divisão nossa, que nunca encontra um ponto de equilíbrio. Ser jogado eternamente de um lado para outro, sem repouso, é de enlouquecer. É a oposição contínua entre duas forças que nos dividem e fazem sofrer: a força que está na inclinação natural para atender a uma vocação já instalada em nós e a força pela qual pretendemos atingir uma altura que está longe dos nossos recursos. No caso de Pestana, a aclamação pública que cada música sua atingia não compensava de modo algum a falta de realização de seus mais altos projetos pessoais.

Com esse conto, Machado lembra que há quem não se contente em ser uma celebridade, sobretudo quando julga vazia essa celebração; há ainda quem busque alcançar a aprovação pública pelo valor efetivo de uma mais alta realização criativa. Essa busca, para desgraça nossa, é sofrida, e pode nos levar a dançar de um lado para outro. A saída estaria em identificarmos precisamente qual é a nossa vocação, para estabelecermos a partir dela os contornos da nossa ambição.

(TOLEDO, Cristiano. A publicar)

9. Ao figurar a vida do compositor Pestana como *eterna peteca entre ambição e vocação*, Machado de Assis está se valendo da
- (A) simultaneidade exemplar de dois esforços para demonstrar como eles se harmonizam na intimidade exigente do compositor.
 - (B) exclusão recíproca dessas duas forças, quando elas disputam um lugar privilegiado na consciência de Pestana.
 - (C) alternância sistemática entre duas polarizações, de modo que se possa avaliar o drama insolúvel da insatisfação do artista.
 - (D) causalidade fatal entre ambos os empenhos, já que se trata de demonstrar que a vocação é a origem mesma de toda ambição.
 - (E) proporcionalidade plena que rege a ambas, pois se trata de demonstrar que tão mais forte é a vocação quanto maior seja a ambição.
-
10. O drama vivido por Pestana nasce, em grande parte, do fato de que esse compositor
- (A) dispõe-se a trilhar seriamente o caminho da composição clássica, mas hesita quanto ao sucesso que terá nessa empreitada.
 - (B) reconhece como provada sua capacidade inata para a música mais alta, afligindo-se apenas por se demorar em reafirmá-la.
 - (C) recrimina-se pelo fato de ter trocado definitivamente sua aspiração maior por uma realização mais modesta.
 - (D) considera que há níveis diferentes e aceitáveis de criação musical, embora ele não tenha se estabelecido em nenhum deles.
 - (E) hierarquiza os níveis de criação artística, e sofre por atingir sua própria consagração naquele que menos lhe importa.
-
11. No último parágrafo do texto, o autor considera que, para Machado, alcançar a qualquer custo a posição de uma celebridade
- (A) é a meta de todos aqueles que se empenham sinceramente em sua produção criativa mais ousada.
 - (B) deixa de ser uma aspiração para quem o valor estético é que deve atrair o sucesso público de uma obra.
 - (C) é indispensável para quem se dedica à criação artística valendo-se de toda a sua obsessão pela fama.
 - (D) é desejável na medida em que a celebração se torne permanente, desobrigando o artista do desafio de se superar.
 - (E) deixa de ser interessante para quem já foi devidamente recompensado pelo prazer de dominar uma arte popular.



12. É plenamente adequada a correlação entre os tempos e modos verbais na frase:
- (A) Se Pestana compusesse uma única sonata clássica, mais prazer auferirá do que todas as músicas ligeiras que houver composto.
 - (B) Nesse conto, Machado mostra que se o artista seguir sua vocação real, seria mais fácil que atingisse assim uma realização plena.
 - (C) Há celebridades que não se importariam nem um pouco se o seu sucesso venha a ocorrer à margem de qualquer razão objetiva.
 - (D) Mesmo que o compositor Pestana obtivesse ainda mais sucesso com suas composições populares, em nada sua ambição diminuiria.
 - (E) Ao proporem a Pestana que ele animasse o baile com suas músicas, se espantariam caso o festejado artista viesse a negar o convite.

13. Considere estas orações:

- I. Pestana era um célebre compositor popular.
- II. Pestana almejava ser um compositor clássico.
- III. O sucesso popular atormentava o Pestana.

Essas três orações articulam-se com correção, clareza e coesão neste período único:

- (A) Malgrado Pestana se atormentasse como um celebrado compositor popular, ele almejava ser em vez disso um artista clássico.
 - (B) Pestana, que almejava ser um compositor clássico, ainda assim lhe atormentava por que se celebrara como um compositor popular.
 - (C) O tormento que Pestana sentia por ser célebre enquanto fosse popular, não lhe diminuía o desejo de sê-lo como compositor clássico.
 - (D) Ser um popular compositor célebre só atormentaria aquele Pestana, em quem a música clássica era almejada mais que tudo.
 - (E) Almejando ser um compositor clássico, atormentava-se o Pestana ao ser celebrado como um compositor popular.
14. Alguém deveria dizer ao Pestana: – Deixa de lamentar essa tua viva produção popular, goza o prestígio que já alcançaste!
Ao transpor a frase acima para o discurso indireto, ela deverá ficar: Alguém deveria dizer ao Pestana
- (A) que deixasse de lamentar aquela sua viva produção popular, que gozasse o prestígio já alcançado.
 - (B) porque não deixasse de lamentar a produção popular, para assim gozar teu prestígio já alcançado!
 - (C) se ele não deveria deixar de lamentar essa sua produção popular em vez de gozar o prestígio que já se alcançara.
 - (D) para que ele deixe de lamentar esta produção popular, gozando esse prestígio já alcançado.
 - (E) para não lamentar tua viva produção popular, porque não gozava do prestígio que ela já alcançou.

Matemática e Raciocínio-Lógico

15. Em um clube há 5 turmas de Pilates. Os números de homens e de mulheres em cada turma estão na tabela:

Turma	Homens	Mulheres
1	20	10
2	12	18
3	17	13
4	12	18
5	14	16

A direção do clube decidiu que cada turma tenha o mesmo número de homens e de mulheres, mas sem alterar o número total de alunos na turma. Para isso, alguns alunos devem trocar de turma. O número mínimo de alunos que devem trocar de turma é:

- (A) 12.
- (B) 14.
- (C) 20.
- (D) 18.
- (E) 16.



16. Em um determinado prédio, uma equipe de pintores pinta um apartamento em 4 dias e outra, em 6 dias. Supondo que as equipes consigam trabalhar em conjunto, mantendo o mesmo ritmo, o número de dias que elas precisam para pintar 10 apartamentos é
- (A) 24.
(B) 22.
(C) 25.
(D) 23.
(E) 26.

17. Leonor tem uma caixa com 600 botões. Nessa caixa, $\frac{2}{5}$ dos botões são brancos e 150 botões são amarelos. Dos restantes, $\frac{1}{3}$ são vermelhos e $\frac{2}{3}$ são azuis. Leonor vendeu 5% dos botões brancos, 10% dos amarelos e 20% dos vermelhos. Após a venda, o número de botões que restou na caixa foi
- (A) 559.
(B) 571.
(C) 535.
(D) 544.
(E) 569.

18. Em uma gráfica, o preço de confecção de um convite depende da quantidade a ser impressa, como mostra a tabela:

Quantidade	Preço por unidade
1 a 49	R\$ 4,00
50 ou mais	R\$ 3,20

A menor quantidade de convites para a qual é mais barato solicitar a confecção de 50 convites é:

- (A) 39.
(B) 31.
(C) 44.
(D) 45.
(E) 41.
19. Em um dia, Marta, sua mãe e seu pai fizeram ao todo 32 ligações de um celular. Marta fez 5 ligações e sua mãe fez o dobro do número de ligações que seu pai fez. O número de ligações que a mãe de Marta fez foi
- (A) 20.
(B) 9.
(C) 10.
(D) 18.
(E) 27.
20. Em uma loja há entre 30 e 50 troféus em miniatura. A funcionária da loja agrupou-os de 5 a 5 e sobrou-lhe um troféu. Depois, agrupou-os de 3 a 3 e não sobrou nenhum troféu. O número exato de troféus na loja é:
- (A) 41.
(B) 39.
(C) 36.
(D) 48.
(E) 42.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito do Trabalho**

21. Quanto ao trabalho temporário,
- (A) é proibida a contratação de trabalho temporário para a substituição de trabalhadores em greve, salvo previsão legal.
 - (B) o contrato de trabalho temporário, com relação ao mesmo empregador, não poderá exceder ao prazo de 90 dias, consecutivos ou não.
 - (C) no caso de falência ou recuperação judicial da empresa de trabalho temporário, a empresa tomadora ou cliente é solidariamente responsável pelo recolhimento das contribuições previdenciárias.
 - (D) a empresa tomadora ou cliente poderá contratar o empregado da empresa de trabalho temporário, ao fim do prazo em que este tenha sido colocado à sua disposição, salvo se houver cláusula expressa que proíba a contratação.
 - (E) a empresa de trabalho temporário poderá descontar do trabalhador contratado, a título de mediação para a prestação de serviços na empresa tomadora, o valor de até 30% de seu salário.
-
22. É possível o reconhecimento da equiparação salarial, de acordo com a CLT, quando
- (A) o equiparando e o paradigma são empregados de empresas distintas que compõem o mesmo grupo econômico.
 - (B) o equiparando é promovido para a vaga do paradigma que deixa a empresa em razão de pedido de demissão.
 - (C) o empregador tem pessoal organizado em quadro de carreira que é homologado e obedece à alternância de promoção por antiguidade e merecimento.
 - (D) o paradigma indicado é readaptado em nova função, por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência social.
 - (E) o equiparando e o paradigma têm diferença de tempo de serviço de 1 ano e 8 meses na função; o paradigma foi contratado como empregado há 6 anos; e o equiparando, há 3 anos.
-
23. Maria é enfermeira e labora no centro cirúrgico do Hospital Vida Melhor, em escala de revezamento 12 x 36, das 19h00 às 07h00. Em razão do uso obrigatório de vestimenta privativa, Maria deve realizar a troca de roupa nas dependências do hospital e, apenas então, registrar o início da jornada de trabalho, no relógio de ponto localizado dentro do centro cirúrgico. A enfermeira leva cerca de 22 minutos diários para a troca de uniforme, no início e no final da jornada de trabalho. Diante dos fatos apresentados, o tempo gasto pela empregada
- (A) é considerado tempo à disposição do empregador pela obrigatoriedade da troca de roupa nas dependências da empresa e por extrapolar o limite de 10 minutos diários.
 - (B) é considerado tempo à disposição do empregador porque extrapolar o limite de 20 minutos diários.
 - (C) é considerado tempo à disposição do empregador, mas o período não será computado na jornada de trabalho em razão do direito a 36 horas de descanso.
 - (D) não é considerado tempo à disposição porque a jornada 12 x 36 engloba o tempo gasto para eventual troca de roupa.
 - (E) não é considerado tempo à disposição, já que não houve efetivo trabalho durante o período.
-
24. Quanto à rescisão do contrato de trabalho, com base na jurisprudência sumulada do TST,
- (A) havendo a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho, o empregado tem direito ao recebimento de 50% do valor do aviso prévio; pagamento integral do décimo terceiro salário e das férias vencidas e proporcionais; e a movimentação da conta vinculada do FGTS limitada a 80% do valor dos depósitos.
 - (B) o abandono de emprego durante o aviso prévio concedido pelo empregador, retira do empregado o direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.
 - (C) presume-se discriminatória a despedida de empregado portador do vírus HIV ou de outra doença grave que suscite estigma ou preconceito, garantindo ao empregado o direito à indenização de 12 meses de salário.
 - (D) o pedido de dispensa de cumprimento do aviso prévio não exime o empregador de pagar o respectivo valor, salvo comprovação de haver o prestador dos serviços obtido novo emprego.
 - (E) ocorrendo a concessão de auxílio-doença no curso do aviso prévio, o contrato de trabalho terá seu termo, independentemente da expiração ou não do benefício previdenciário.



25. Considere:

- I. Troca do dia de feriado.
- II. Remuneração por produtividade.
- III. Repouso semanal remunerado.
- IV. Enquadramento do grau de insalubridade.
- V. Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.

Constitui objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução dos direitos previstos no que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I, IV e V.
- (C) I, III e IV.
- (D) I e II.
- (E) III e V.

26. Quanto ao dano moral,

- (A) a sua reparação não pode ser cumulada com a indenização por danos materiais decorrentes do mesmo ato lesivo.
- (B) a composição das perdas e danos, assim compreendidos os lucros cessantes e os danos emergentes, interfere diretamente na sua avaliação.
- (C) a honra, a imagem, a intimidade, a liberdade de ação, a autoestima, a sexualidade, a saúde, o lazer e a integridade física são os bens juridicamente tutelados inerentes à pessoa física, enquanto a imagem, a marca, o nome, o segredo empresarial e o sigilo da correspondência são bens juridicamente tutelados inerentes à pessoa jurídica.
- (D) se o ofendido for pessoa jurídica, a sua ofensa poderá ser classificada como leve, média, grave ou gravíssima e a indenização será fixada de acordo com o capital social da empresa.
- (E) nas condenações a este título, a atualização monetária e os juros incidem desde a prática do ato ou omissão que gerou o dano.

27. Joana foi contratada pela empresa ABC Ltda., em 03/05/2019, com salário inicial de R\$ 2.000,00. Em dezembro de 2021, Joana passou a receber o salário de R\$ 3.000,00, que vigorou até ser dispensada sem justa causa, em 24/06/2022. Durante o contrato de trabalho, Joana nunca gozou férias. Diante dos fatos apresentados, Joana tem direito ao recebimento de férias integrais

- (A) simples, relativas ao período aquisitivo de 03/05/2020 a 02/05/2021 e de 03/05/2021 a 02/05/2022, calculadas com base no último salário de R\$ 3.000,00.
- (B) em dobro, dos períodos de 03/05/2019 a 02/05/2020 e de 03/05/2020 a 02/05/2021, e de forma simples, relativa ao período aquisitivo 03/05/2021 a 02/05/2022, calculadas com base no último salário de R\$ 3.000,00.
- (C) em dobro, apenas do período de 03/05/2019 a 02/05/2020, calculada com base no salário de R\$ 2.000,00.
- (D) simples, relativas ao período aquisitivo 03/05/2021 a 02/05/2022, calculada com base na média salarial do período aquisitivo.
- (E) em dobro de todo o período trabalhado, inclusive as férias proporcionais devidas, calculadas com base no salário do período aquisitivo respectivo.

28. Sobre segurança e medicina do trabalho, Equipamento de Proteção Individual (EPI) e atividades perigosas, considere:

- I. A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra acidentes e danos à saúde dos empregados.
- II. Após a constatação do trabalho em condições insalubres, o direito do empregado ao adicional de insalubridade não cessará, nem mesmo com a eliminação do risco à sua saúde, por se tratar de direito adquirido que integra o contrato de trabalho.
- III. Serão exigidos exames toxicológicos, previamente à admissão e por ocasião do desligamento, para as profissões de motorista profissional, engenheiro civil e médico, assegurados o direito à contraprova em caso de resultado positivo e a confidencialidade dos resultados dos respectivos exames.
- IV. São consideradas atividades ou operações perigosas aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a inflamáveis, explosivos ou energia elétrica; roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial; o trabalho em altura superior a 2 metros; e as atividades laborais com utilização de motocicleta ou motoneta no deslocamento de trabalhador em vias públicas.
- V. O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, IV e V.
- (B) I, III e V.
- (C) I e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) I.



29. Quanto ao contrato de trabalho,
- (A) quando por prazo determinado que, tacitamente, for prorrogado mais de uma vez, passará a vigorar sem determinação de prazo, desde que esta alteração seja feita por escrito.
 - (B) o intermitente deve ser celebrado por escrito e deve conter especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário-mínimo ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função em contrato intermitente ou não.
 - (C) é ilícita a inclusão no uniforme de logomarcas da própria empresa ou de empresas parceiras e de outros itens de identificação relacionados à atividade desempenhada, mesmo quando houver autorização contratual expressa do empregado.
 - (D) caracterizada a sucessão empresarial ou de empregadores, as obrigações trabalhistas, com exceção das contraídas à época em que os empregados trabalhavam para a empresa sucedida, são de responsabilidade do sucessor.
 - (E) na vigência do contrato de trabalho, as invenções do empregado, quando decorrentes de sua contribuição pessoal e da instalação ou equipamento fornecidos pelo empregador, serão de sua propriedade exclusiva, salvo se o contrato de trabalho tiver por objeto, implícita ou explicitamente, pesquisa científica.
-
30. Amanda foi contratada como empregada por uma empresa multinacional para trabalhar como Diretora Financeira. O trabalho poderia ser desenvolvido de forma remota, não sendo necessário seu comparecimento diário à empresa. A proposta financeira oferecida garantia: o pagamento de salário mensal, o aluguel de uma residência em condomínio fechado próximo à sede da empresa, a concessão de um veículo de luxo sem custos de manutenção, seguro e combustível, o pagamento de escola particular para seus filhos, a assistência médica e a previdência privada. Diante do caso concreto, o
- (A) custeio da locação não tem natureza salarial porque é necessário para o exercício das atividades.
 - (B) pagamento de escola, de assistência médica e de previdência privada têm natureza salarial, salvo previsão contratual em sentido contrário.
 - (C) veículo concedido à empregada não se caracteriza como salário *in natura*, ainda que seja utilizado em atividades particulares.
 - (D) valor do aluguel e a concessão de veículo têm natureza salarial.
 - (E) pagamento de escola tem natureza salarial, mas não incide no cálculo das férias, 13º salário e FGTS.

Direito Processual do Trabalho

31. Eliana ingressou com reclamação trabalhista contra sua ex-empregadora, a Empresa de Serviços Terceirizados FZ Ltda., e também contra a tomadora dos serviços, a Concessionária de Automóveis VM Ltda., que estão representadas por advogados diferentes, cada qual pertencente a seu próprio escritório de advocacia. O feito, em trâmite eletrônico, foi julgado procedente em parte. No caso de interposição de recurso ordinário pelas partes e tendo em vista a jurisprudência pacífica do TST,
- (A) aplica-se subsidiariamente ao processo trabalhista a regra do processo civil, de que, no caso de litisconsórcio com procuradores e escritórios diferentes, o prazo será contado em dobro.
 - (B) o prazo é de 8 dias, não sendo aplicada no processo trabalhista a regra de que é contado em dobro o prazo para litisconsortes com procuradores diferentes, de escritórios de advocacia distintos.
 - (C) somente no caso de processos físicos e que ainda não foram digitalizados para o meio eletrônico, o litisconsórcio com advogados e escritórios diferentes acarreta a aplicação da regra processual civil do prazo em dobro.
 - (D) aplica-se, subsidiariamente ao processo trabalhista, a regra do processo civil, com procuradores diferentes, desde que requerido pelas partes na primeira oportunidade em que devam se manifestar nos autos, sob pena de preclusão.
 - (E) somente na fase de execução, os prazos são contados em dobro para litisconsórcio com diferentes procuradores, não se aplicando, portanto, nessa fase processual.
-
32. Quanto ao incidente de descon sideração da personalidade jurídica, considere:
- I. É cabível em todas as fases do processo, sendo que na fase de conhecimento, no processo trabalhista, da decisão que acolher ou rejeitar o incidente, por se tratar de decisão interlocutória, não cabe recurso de imediato.
 - II. Instaurado o incidente, o sócio será citado para manifestar-se, podendo juntar prova documental no prazo de 8 dias.
 - III. Se for instaurado originariamente nos Tribunais, da decisão proferida pelo relator, poderá ser interposto agravo interno.
 - IV. A instauração no processo do trabalho não suspenderá o feito, devendo a parte ingressar com medida judicial própria solicitando tal providência, se quiser.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III e IV.
 - (B) II e III.
 - (C) I e IV.
 - (D) II e IV.
 - (E) I e III.



33. Lauro trabalhou como metalúrgico no período compreendido entre 18/08/2015 a 01/02/2022, quando foi dispensado injustamente. A data da baixa em sua CTPS foi em 21/03/2022, uma vez que o aviso prévio foi indenizado e calculado proporcionalmente ao seu tempo de serviço. Entretanto, Lauro entende que suas verbas rescisórias não foram corretamente pagas, existindo diferenças a seu favor, pretendendo, assim, ingressar com reclamação trabalhista contra seu ex-empregador. Nesse caso, segundo a legislação vigente e a jurisprudência sumulada do TST, a data final para o ingresso com a ação será em I e poderá pleitear seus haveres trabalhistas imediatamente anteriores a II.

Preenchem, correta e respectivamente, as lacunas I e II:

- (A) 01/02/2024 – dois anos da data do ajuizamento da ação
- (B) 21/03/2024 – cinco anos da data do ajuizamento da ação
- (C) 21/03/2024 – cinco anos da data do término do contrato de trabalho
- (D) 01/02/2024 – cinco anos da data do término do contrato de trabalho
- (E) 21/03/2024 – dois anos da data do término do contrato de trabalho

34. Considere:

- I. Maria, que responde à reclamação trabalhista movida por Celina, chegou 5 minutos atrasada à audiência, apregoada no horário e sendo a primeira da pauta. O juiz do trabalho não decretou sua revelia e confissão quanto à matéria de fato, uma vez que existe previsão legal de tolerância no atraso das partes e do juiz ou presidente quando for a primeira audiência do dia.
- II. Na mesma Vara do Trabalho, na audiência seguinte, compareceu somente o advogado do reclamante, não apresentando nenhuma justificativa para a ausência de seu cliente. O juiz do trabalho determinou o arquivamento do feito e a condenação do autor no pagamento de custas processuais, ainda que concedendo os benefícios da justiça gratuita, podendo o autor no prazo de 15 dias ficar isento de seu pagamento se comprovar justificadamente o motivo de sua ausência.
- III. Na terceira audiência da pauta, compareceu somente o advogado da empresa reclamada Frigorífico BR Ltda., já tendo juntado aos autos a contestação e documentos. O juiz do trabalho os aceitou e declarou que serão analisados quando da prolação da sentença.
- IV. Já na quarta audiência, todas as partes compareceram acompanhadas de seus advogados. A reclamada, o Condomínio Edifício Residencial Sabiá, estava representada pelo preposto que presta serviços na Administradora do Condomínio, ou seja, não é empregado da ré, mas pode representá-lo uma vez que tem conhecimento dos fatos narrados nos autos. O juiz do trabalho aceitou o preposto presente como representante da reclamada.

De acordo com a legislação vigente e a jurisprudência pacificada do TST, as decisões tomadas pelo juiz estão corretas APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.

35. Considere:

- I. Instituto Cultural Sorriso Inocente é uma entidade filantrópica.
- II. Sílvia Matos é empregadora doméstica.
- III. Associação de Voluntários Sol é uma entidade sem fins lucrativos.
- IV. Sono Bom Colchões Ltda. está em recuperação judicial.

Todas respondem a reclamações trabalhistas, tendo sido sucumbentes em parte dos pedidos da petição inicial. Havendo interesse em interpor recurso ordinário, de acordo com a legislação vigente, são isentas do pagamento do depósito recursal, as que constam APENAS de

- (A) I e IV.
- (B) II e IV.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I e II.

36. Em reclamação trabalhista pelo rito ordinário, Nelson depôs em Juízo como testemunha do reclamante. Quando da prolação da sentença, o juiz do trabalho firmou convicção de que Nelson intencionalmente alterou a verdade dos fatos, para beneficiar o autor, condenando-o, de ofício, a pagar multa de 10% do valor corrigido da causa para a reclamada. De acordo com a legislação vigente,

- (A) está correta a aplicação de multa à testemunha que intencionalmente alterar a verdade dos fatos ou omitir fatos essenciais ao julgamento da causa.
- (B) não há previsão legal de aplicação de multa à testemunha, uma vez que a única penalidade a que está sujeita será responder por crime de falso testemunho.
- (C) está correta a aplicação da multa à testemunha, entretanto, o valor fixado não é cabível, sendo no máximo de 5% sobre o valor corrigido da causa.
- (D) não há previsão legal para cominação de multa à testemunha nos processos sob o rito ordinário, somente para o inquérito para apuração de falta grave.
- (E) o juiz do trabalho não poderia de ofício aplicar multa à testemunha, somente ao reclamante, reclamado e interveniente que litigar de má-fé, a exceção de requerimento das partes.



37. Eduardo foi informado que um dos princípios norteadores do processo do trabalho é o *jus postulandi*, que é a faculdade atribuída ao empregado e ao empregador de reclamar e/ou se defender pessoalmente perante a Justiça do Trabalho, sem estar assistido por advogado. Tal premissa é limitada, segundo a legislação atual e a jurisprudência pacífica do TST, sendo que Eduardo deverá estar assistido por advogado se pretender
- (A) aduzir razões finais em audiência.
 - (B) contestar reclamação trabalhista.
 - (C) ingressar com ação rescisória.
 - (D) interpor recurso ordinário.
 - (E) inquirir testemunhas em audiência.
-
38. Josias está estudando para um concurso e ao se deparar com o procedimento sumaríssimo na Justiça do Trabalho encontrou características próprias que deverão ser observadas pelas partes. Com base na legislação federal vigente,
- (A) se o reclamado não for encontrado, a citação poderá ser feita por edital, em observância ao princípio da efetividade da prestação jurisdicional.
 - (B) na petição inicial, os pedidos não precisam ser certos ou determinados, protestando o reclamante pela liquidação dos pedidos em fase de execução de sentença.
 - (C) da sentença proferida, não caberá nenhum recurso, salvo se for matéria constitucional.
 - (D) mesmo que o valor objeto do pedido for até 40 vezes o salário mínimo, não podem ser parte a Administração Pública Direta, autárquica e fundacional, devendo obrigatoriamente o reclamante optar pela reclamação sob o rito ordinário.
 - (E) a testemunha que, convidada, não comparecer à audiência e após comprovação de seu convite for intimada e novamente não comparecer, acarretará à parte que a convidou a desistência de sua oitiva, uma vez que não existe a possibilidade de condução coercitiva.
-
39. A pizzaria Tudo de Bom Ltda. ajuizou ação de consignação em pagamento em face de Luzia, sua ex-empregada, visando realizar o depósito de suas verbas rescisórias devidas e obter a quitação judicial da obrigação. Na audiência UNA designada, a empresa não compareceu nem se justificou, estando presente apenas a ex-empregada. De acordo com a CLT, a consequência processual para a pizzaria será a
- (A) determinação para o depósito judicial do valor a ser consignado.
 - (B) revelia.
 - (C) remarcação da audiência.
 - (D) confissão ficta.
 - (E) decisão de arquivamento.
-
40. Considere:
- I. Após a garantia do juízo, com depósito ou penhora de bens, terá o executado 5 dias para apresentar embargos, iniciando-se ao exequente o prazo de 8 dias para apresentar impugnação à sentença de liquidação.
 - II. A exigência da garantia do juízo ou penhora não se aplica às entidades filantrópicas.
 - III. É aceito no processo de execução trabalhista o seguro-garantia judicial como forma de garantia do juízo.
- Com base na CLT, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) II e III.
 - (C) III.
 - (D) I e III.
 - (E) II.
-

Direito Civil

41. Letícia tem 17 anos de idade e sofre de enfermidade mental que a impossibilita, de modo permanente, de exprimir sua vontade. Fernando, por sua vez, possui 21 anos de idade e, por conta de deficiência mental, tem o discernimento reduzido. De acordo com a atual redação do Código Civil,
- (A) Letícia é relativamente incapaz, ao passo que Fernando não incorre em hipótese de incapacidade, absoluta ou relativa.
 - (B) Letícia e Fernando são relativamente incapazes.
 - (C) Letícia e Fernando são absolutamente incapazes.
 - (D) nem Letícia, nem Fernando incorrem em hipótese de incapacidade, absoluta ou relativa.
 - (E) Letícia é relativamente incapaz, mas deixará de sê-lo ao completar 18 anos, ao passo que Fernando é absolutamente incapaz.
-



42. De acordo com o Código Civil, a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica
- (A) constitui desvio de finalidade e caracteriza abuso da personalidade jurídica, permitindo ao juiz, inclusive de ofício, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica, independentemente de terem sido ou não beneficiados pelo abuso.
 - (B) constitui desvio de finalidade e caracteriza abuso da personalidade jurídica, permitindo ao juiz, somente por requerimento da parte ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica, independentemente de terem sido ou não beneficiados pelo abuso.
 - (C) constitui desvio de finalidade e caracteriza abuso da personalidade jurídica, permitindo ao juiz, inclusive de ofício, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica, desde que beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.
 - (D) constitui desvio de finalidade e caracteriza abuso da personalidade jurídica, permitindo ao juiz, somente por requerimento da parte ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica, desde que beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.
 - (E) não constitui desvio de finalidade, nem autoriza, por si só, a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.
-
43. Segundo decorre do Código Civil, se a lei proibir a prática de determinado negócio jurídico sem prever expressamente sua nulidade ou anulabilidade, mas lhe cominar alguma outra sanção, o negócio celebrado em violação dessa proibição será
- (A) ilícito e inválido.
 - (B) lícito e válido.
 - (C) ilícito e válido.
 - (D) lícito e inválido.
 - (E) inexistente.
-
44. Leandro teve a insolvência civil declarada em razão de suas dívidas excederem à importância dos seus bens. Entre os seus credores, figuravam titulares de créditos garantidos por hipoteca, créditos com privilégio especial, créditos com privilégio geral e créditos quirografários. Nesse caso, de acordo com o Código Civil,
- (A) quando concorrerem aos mesmos bens, e por título igual, dois ou mais credores da mesma classe especialmente privilegiados, será pago com prioridade o credor da dívida mais antiga, se o produto não bastar para o pagamento integral de todos.
 - (B) extinguem-se os direitos dos credores hipotecários ou privilegiados sobre bens particulares do patrimônio do devedor, ressalvada a preferência sobre o produto de eventual alienação ocorrida anteriormente à declaração da insolvência.
 - (C) todos os credores terão igual direito sobre os bens do devedor comum, independentemente de título legal de preferência.
 - (D) o privilégio especial só compreende os bens sujeitos, por expressa disposição de lei, ao pagamento do crédito que ele favorece.
 - (E) os títulos legais de preferência, sejam privilégios ou direitos reais, são inoponíveis aos créditos dos empregados do serviço doméstico do devedor, que gozam de preferência absoluta sobre todos os demais créditos.
-
45. Determinada sociedade anônima possui sede estatutária em São Paulo, onde funcionam sua diretoria e conselho de administração, mas toda sua atividade operacional é realizada no estabelecimento que possui em Maceió. Além disso, possui procurador residente em Curitiba, regularmente constituído para o fim de receber citações. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, referida sociedade possui domicílio em
- (A) São Paulo, apenas.
 - (B) Maceió e Curitiba, apenas.
 - (C) Maceió, apenas.
 - (D) São Paulo e Maceió, apenas.
 - (E) São Paulo, Maceió e Curitiba.

Direito Processual Civil

46. De acordo com o Código de Processo Civil, no litisconsórcio unitário
- (A) os atos e as omissões de um litisconsorte tanto beneficiam quanto prejudicam os outros.
 - (B) os atos e as omissões de um litisconsorte não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar.
 - (C) os atos e as omissões de um litisconsorte nem beneficiam nem prejudicam os outros.
 - (D) os atos de um litisconsorte não beneficiarão os outros, mas as suas omissões os poderão prejudicar.
 - (E) as omissões de um litisconsorte não beneficiam os outros, mas os seus atos os poderão prejudicar.



47. De acordo com o Código de Processo Civil, havendo substituição processual, o substituído
- (A) poderá intervir como assistente litisconsorcial.
 - (B) não poderá intervir no processo.
 - (C) poderá intervir no processo apenas para a defesa de direito indisponível.
 - (D) poderá intervir no processo na qualidade de *amicus curiae*.
 - (E) poderá intervir no processo na qualidade de assistente simples.
-
48. De acordo com o Código de Processo Civil, se o conhecimento do mérito depender de verificação da existência de fato delituoso objeto de ação penal em curso perante a justiça criminal, o juiz
- (A) deve extinguir o processo, sem resolução do mérito, por falta de interesse de agir, resguardada a eficácia de medidas de caráter urgente ou satisfativas.
 - (B) deve determinar a suspensão do processo até que se pronuncie a justiça criminal, podendo essa suspensão vigorar por prazo indeterminado.
 - (C) pode determinar a suspensão do processo até que se pronuncie a justiça criminal, podendo essa suspensão vigorar pelo prazo máximo de um ano, ao final do qual incumbirá ao juiz cível examinar incidentalmente a questão prévia.
 - (D) deve determinar a suspensão do processo até que se pronuncie a justiça criminal, podendo essa suspensão vigorar pelo prazo máximo de três meses, ao final do qual incumbirá ao juiz cível solicitar ao juiz criminal urgência no exame da questão prévia.
 - (E) deve determinar a suspensão do processo até que se pronuncie a justiça criminal, podendo essa suspensão vigorar pelo prazo máximo de um ano, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período.
-
49. De acordo com o Código de Processo Civil,
- (A) a parte incapaz não poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, salvo se demonstrado que a renúncia a favorece.
 - (B) nenhuma das partes poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, exceto no tocante aos prazos para interposição de recurso.
 - (C) qualquer das partes poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, inclusive no tocante aos prazos para interposição de recurso, desde que o faça de maneira expressa.
 - (D) qualquer das partes poderá, tácita ou expressamente, renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, exceto no tocante aos prazos para interposição de recurso.
 - (E) o réu poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, exceto no tocante ao prazo para contestar e reconvir.
-
50. A exceção de pré-executividade
- (A) admite dilação probatória, segundo entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, exceto quando versar sobre matéria fática já debatida na fase de conhecimento.
 - (B) é expressamente vedada pelo Código de Processo Civil se estiver em curso prazo para impugnação ao cumprimento de sentença ou embargos à execução.
 - (C) não pode ser conhecida senão depois de garantido o juízo, segundo entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça.
 - (D) é expressamente admitida pelo Código de Processo Civil apenas no caso de nulidade de citação, embora a jurisprudência tenha ampliado suas hipóteses de cabimento.
 - (E) não tem previsão expressa no Código de Processo Civil, embora seja aceita pela jurisprudência dominante como forma de defesa do executado, inclusive para a arguição de matéria cognoscível de ofício.

Direito Constitucional

Atenção: Para responder às questões de números 51 a 55, considere a Constituição Federal de 1988.

51. Suponha-se que tenha sido editada uma lei municipal que garanta uma ajuda financeira a todas as mulheres daquela cidade que tenham dado à luz crianças nascidas vivas durante a pandemia. Com relação à propositura de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral de Justiça do Estado em que se situa o mencionado Município, se entender ser essa lei inconstitucional por violar a Constituição Federal ao excluir, explicitamente, aqueles que tenham adotado crianças durante esse mesmo período,
- (A) poderá propô-la e sua decisão definitiva de mérito produzirá eficácia contra todos.
 - (B) não poderá propô-la, pois não possui legitimidade para tanto.
 - (C) não poderá propô-la pois, embora possua legitimidade, não é cabível referida ação com relação à lei municipal.
 - (D) poderá propô-la e sua decisão definitiva de mérito produzirá efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário.
 - (E) poderá propô-la e sua decisão definitiva de mérito produzirá efeito vinculante, relativamente à Administração direta e indireta, apenas na esfera municipal.



52. José e Jairo tiveram violado o mesmo direito líquido e certo em razão de abuso de poder de agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. Nesse caso, José e Jairo
- (A) não poderão impetrar mandado de segurança coletivo, ainda que o direito violado não possa ser amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*.
 - (B) poderão impetrar mandado de segurança individual, ainda que o direito violado possa ser amparado por *habeas corpus*.
 - (C) poderão impetrar, conjuntamente, mandado de segurança coletivo, desde que o direito violado não possa ser amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*.
 - (D) não poderão impetrar mandado de segurança individual nem coletivo, pois, para isso, é necessário que o agente coator seja autoridade pública.
 - (E) poderão impetrar mandado de segurança individual ou coletivo, desde que o direito violado não possa ser amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*.

53. Considere:

I. Joaquim é Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

II. Fernando é brasileiro naturalizado e advogado.

III. Marcelo é professor de instituição privada e possui notável saber jurídico e reputação ilibada.

Com base apenas nas informações fornecidas, o Conselho Nacional de Justiça poderá ser composto por Joaquim, indicado pelo respectivo Tribunal;

- (A) Fernando, indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e Marcelo, indicado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- (B) Marcelo, indicado pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, apenas.
- (C) Fernando, indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e Marcelo, indicado pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal.
- (D) Marcelo, indicado pelo Presidente do Congresso Nacional, apenas.
- (E) Fernando, indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil de seu Estado; e Marcelo, indicado pelo Presidente do Congresso Nacional.

54. Supondo-se que o Presidente da República seja acusado da prática de ato que atente contra a probidade na Administração e que a acusação seja admitida por dois terços da Câmara dos Deputados, o Presidente

- (A) será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal e ficará suspenso de suas funções apenas após sentença condenatória transitada em julgado.
- (B) será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal e ficará suspenso de suas funções, após a instauração do processo nessa Corte, cessando seu afastamento se decorrido o prazo de 180 dias, sem que tenha havido a conclusão do julgamento, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.
- (C) não será submetido a julgamento e, portanto, não será afastado de suas funções, pois apenas será admitida a acusação contra o Presidente da República por dois terços do Congresso Nacional.
- (D) será submetido a julgamento perante o Senado Federal e ficará suspenso de suas funções, apenas se não houver conclusão do julgamento dentro do prazo de 180 dias.
- (E) será submetido a julgamento perante o Senado Federal e ficará suspenso de suas funções, após a instauração do processo pelo Senado Federal, cessando seu afastamento se decorrido o prazo de 180 dias sem que tenha havido a conclusão do julgamento, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

55. Joel completará 20 anos no dia das próximas eleições, é brasileiro naturalizado e cursa Direito em determinada universidade. Com base apenas nas informações fornecidas, a candidatura de Joel a Deputado Federal nas próximas eleições

- (A) será possível, desde que se forme na universidade até a data das eleições.
- (B) não será possível, pois o cargo que deseja é privativo de brasileiro nato.
- (C) será possível, pois possui a idade mínima exigida para o cargo que pretende.
- (D) não será possível em razão da idade que possui.
- (E) não será possível, pois ele não possui curso superior completo.

**Direito Administrativo**

56. As pessoas jurídicas que integram a Administração Pública Indireta distinguem-se, entre si, sob diversos critérios, a exemplo do mecanismo de constituição e extinção, do regime de pessoal, da disciplina aplicável ao patrimônio e do regime de execução. É comum às empresas estatais, mas não às autarquias e às fundações,
- (A) a aplicação do regime celetista aos empregados contratados, sendo obrigatória a prévia realização de concurso público.
 - (B) a estrita incidência do regime jurídico de direito privado ao patrimônio da pessoa jurídica, o que pode ser mitigado no caso das autarquias e fundações.
 - (C) o pagamento de suas dívidas por meio de ordem cronológica e precatório, em lista distinta daquela aplicada à Administração Direta e às autarquias e fundações.
 - (D) a previsão constitucional de regime legal próprio de licitações para contratação de obras, serviços, compras e alienações.
 - (E) a prescindibilidade de autorização legislativa para sua constituição e, de outro lado, a exigência de edição de lei como ato de encerramento das atividades da pessoa jurídica.
-
57. De acordo com as Leis nº 8.112/1990 e nº 9.784/1999, acerca dos princípios e garantias que regem o processo administrativo e o processo disciplinar,
- (A) a penalidade aplicada ao servidor público não pode ser agravada em sede de recurso, somente de pedido de revisão.
 - (B) a autoridade administrativa somente pode rever decisão punitiva durante o prazo ou a pendência de apreciação de recurso administrativo.
 - (C) prescrevem em 5 anos as penalidades disciplinares aplicáveis aos servidores, contados da data da ocorrência dos fatos que lhes deram causa.
 - (D) pode ser decretado afastamento preventivo do servidor, com prejuízo da remuneração pelo prazo que durar o processo disciplinar, nos casos de infrações puníveis com pena de demissão.
 - (E) a exigência de caução para a interposição de recurso administrativo depende de expressa previsão em lei.
-
58. O representante legal de empresa privada que pretendia iniciar atividades em determinado município protocolou, em órgão estadual, requerimento conjunto de licenciamento urbanístico e licenciamento ambiental para as operações. O agente estadual, recentemente classificado na unidade, analisou o pleito e, ao final, deferiu o pedido e providenciou a emissão das respectivas licenças. Ocorre que posteriormente, em sede de correção, o superior hierárquico do agente identificou que a competência para a licença urbanística solicitada era municipal, cabendo ao Estado, naquele caso, somente a competência ambiental.
- Diante dos fatos apresentados, a licença urbanística
- (A) poderá ser revogada pelo superior hierárquico, diante do vício de competência.
 - (B) deverá ser convalidada pela autoridade municipal, em razão da teoria da aparência.
 - (C) apresenta vício de legalidade insanável, considerando que emitida por autoridade incompetente, integrante de outro ente federativo.
 - (D) é válida e regular, considerando que se trata de ato vinculado.
 - (E) deve ser revogada, caso a autoridade competente constate o não preenchimento dos requisitos legais necessários para a emissão.
-
59. A tarifa, nos contratos de delegação de serviço público, tem a natureza de
- (A) remuneração do parceiro privado porque, somada a receitas alternativas e acessórias contratualmente previstas, se prestam a remunerar o concessionário nos contratos regidos pela Lei nº 8.987/1995.
 - (B) remuneração do concessionário, aplicável nas parcerias público-privadas, nas modalidades concessão administrativa e concessão patrocinada.
 - (C) aporte do poder concedente nos contratos de parceria público-privada, destinado a remunerar os investimentos em bens reversíveis.
 - (D) remuneração e mecanismo preferencial de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, independente do regime legal, em especial nas concessões administrativas e nas concessões de uso, em que não há grande variedade de receitas alternativas disponíveis.
 - (E) aporte, cabível no início da execução contratual e durante a fase de implantação, e de indenização, quando no decorrer do período remanescente, se prestando a compensar o concessionário pelos investimentos em prol do serviço público.
-
60. Além dos entes públicos, aos quais cabe a declaração de utilidade pública dos bens, podem desapropriar imóveis e outros direitos
- (A) as organizações sociais contratadas por meio de contratos de concessão, dos quais conste expressa delegação para tanto.
 - (B) os consórcios públicos, mediante expressa previsão no respectivo contrato, precedido de autorização legislativa que, por ocasião da ratificação do protocolo de intenções, assim preveja.
 - (C) as empresas prestadoras de serviço público e as fundações públicas, por expressa disposição constitucional.
 - (D) as autarquias públicas ou fundacionais, independentemente de previsão legal, em razão de sua natureza jurídica de direito público estrito senso.
 - (E) as empresas estatais prestadoras de serviço público e exploradoras de atividade econômica, se contratadas mediante licitação, a fim de conferir agilidade ao caminho crítico da aquisição das áreas.



PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado [...] Capítulo 10. [...] 10.3 Na **Prova Discursiva-Redação**, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 10.3.1 A **Prova Discursiva-Redação** tem o objetivo de avaliar a proficiência em Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a capacidade de compreender e expor argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do tema e com base nos textos de apoio propostos, avaliando inclusive a correção gramatical, segundo os critérios definidos nos itens 10.4 a 10.9. 10.4 Considerando que o texto constitui uma unidade, os itens discriminados a seguir serão avaliados em estreita correlação, do que não decorre proporcionalidade na atribuição dos pontos para cada um deles: 10.4.1 **Conteúdo – até 40 (quarenta) pontos:** a) perspectiva adotada no tratamento do tema; b) capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto; c) consistência dos argumentos, clareza e coerência no seu encadeamento. 10.4.1.1 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova. 10.4.2 **Estrutura – até 30 (trinta) pontos:** a) respeito ao gênero solicitado; b) progressão textual e encadeamento de ideias; c) articulação de frases e parágrafos (coesão textual). 10.4.3 **Expressão – até 30 (trinta) pontos:** a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido; b) adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; c) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos, elementos coesivos; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. 10.4.3.1 A avaliação da expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com os demais critérios, considerando-se: a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido; b) adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; b) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos, propriedade vocabular; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. [...] 10.9 A **Prova Discursiva-Redação** terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver **nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos**.

Considere o que se expõe no texto abaixo.

Há uma frase bastante taxativa, muitas vezes lembrada quando pretendemos discutir o gosto que temos por alguma coisa: “gosto não se discute”.

É justo admitir que cada um de nós deva cultivar seu gosto pessoal. Mas é também preciso discutir se todos temos iguais oportunidades de acesso à cultura para formar e desenvolver, a partir daí, o nosso gosto pessoal.

Considerando as ideias expostas no texto acima, escreva um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

O gosto pessoal não é um fenômeno da natureza, é uma aquisição social.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	



18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO